

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

GESTÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS EMPRESARIAIS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

GESTÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS EMPRESARIAIS

DISCIPLINA: CONTABILIDADE APLICADA
RESUMO
A contabilidade surgiu na antiguidade para controlar a riqueza dos povos. Com o passar do tempo, principalmente em virtude do desenvolvimento do capitalismo, ela se consolidou como um importante campo na área empresarial. As práticas contábeis são baseadas em normas, leis e métodos adequados, visando fornecer informações coerentes aos seus principais usuários. Diante disso, é importante destacar que a sociedade contemporânea capitalista requer a participação cada vez mais ativa de profissionais qualificados. Assim sendo, a contabilidade abre portas para um importante ator na contemporaneidade: o profissional contábil.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
AULA 1 VÍDEO 1 AO VÍDEO 4
AULA 2 VÍDEO 1 AO VÍDEO 4
AULA 3 VÍDEO 1 AO VÍDEO 4
AULA 4 VÍDEO 1 AO VÍDEO 4
AULA 5 VÍDEO 1 AO VÍDEO 4
AULA 6 VÍDEO 1 AO VÍDEO 4
BIBLIOGRAFIAS
<ul style="list-style-type: none">• ALMEIDA, J. E. F. et al. Contabilidade das pequenas e média empresas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.• ATHAR, R. A. Introdução à contabilidade. São Paulo: Prentice Hall, 2005.• BAZZI, S. Contabilidade em ação. Curitiba: InterSaberes, 2014. 256 p.

DISCIPLINA: GESTÃO DE RECURSOS FINANCEIROS
RESUMO
Nesta disciplina o acadêmico irá compreender que os conceitos e possibilidades de aprendizado são amplos, no que concerne ao tema da gestão escolar financeira. Durante o curso será possível que as etapas ofereçam um ponto de partida e, principalmente, uma base de pesquisa para que um gestor financeiro entenda a natureza do seu trabalho, mas, também, quais as estruturas políticas e as opções conceituais da Administração Pública às quais ele estará submetido.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

VINCULAÇÃO DE RECEITAS PARA O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

MUDANÇAS CONTEMPORÂNEAS NA VINCULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E

REPARTIÇÃO DE RESPONSABILIDADES

HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE FUNDOS

NOVO FUNDEB: APONTAMENTOS GERAIS

AULA 2

INTRODUÇÃO

SALÁRIO EDUCAÇÃO E REPASSES DO FNDE

RECURSOS DO FUNDEB

ECONOMIA, MDE E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

ESTABILIDADE RELATIVA NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

AULA 3

INTRODUÇÃO

MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO

CONDIÇÕES DE OFERTA E RECURSOS FINANCEIROS

REFORMAS EDUCACIONAIS

REFORMAS EDUCACIONAIS, GESTÃO FINANCEIRA E RESPONSABILIZAÇÃO

AULA 4

INTRODUÇÃO

GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA

GESTÃO COMPARTILHADA NO CONTEXTO DAS REFORMAS EDUCACIONAIS DA DÉCADA DE 1990

GESTÃO GERENCIAL E A NOVA GESTÃO PÚBLICA

REFORMA EMPRESARIAL

AULA 5

INTRODUÇÃO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DA ESCOLA: FONTES PAGADORAS

TERCEIRIZAÇÃO E PUBLICIZAÇÃO: FONTES PAGADORAS

NATUREZA DO SERVIÇO E DO SERVIDOR PÚBLICO: FONTES PAGADORAS

CAPTAÇÃO DE RECURSOS E A RELAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA COM AS ENTIDADES PRIVADAS

AULA 6

INTRODUÇÃO

PATRIMÔNIO MATERIAL, IMATERIAL E PRESERVAÇÃO/AMPLIAÇÃO

GESTÃO DO PATRIMÔNIO ENQUANTO GESTÃO PEDAGÓGICA

PATRIMÔNIO, IDENTIDADE, AUTONOMIA ESCOLAR

ESTRUTURA, LIMITES E POSSIBILIDADES DA GESTÃO FINANCEIRA NAS

INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS

BIBLIOGRAFIAS

- APPLE, M. W. A luta pela democracia na educação: lições de realidades sociais. Tradução de Marcus Penchel. Petrópolis: Vozes, 2020.

- BRASIL. Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 15 dez. 2016.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial [da] União, Brasília, 23 dez. 1996.

DISCIPLINA:
CONTABILIDADE GERENCIAL

RESUMO

A Controladoria é uma área do conhecimento multidisciplinar, com princípios teóricos e objeto de estudo que a sustentam como Ciência. No âmbito organizacional é entendida como um órgão administrativo, estruturado hierarquicamente com funções e objetivos, como apoio à tomada de decisão nos níveis operacionais e estratégicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

CONTROLADORIA

O SISTEMA EMPRESA COM O OBJETIVO DA EFICÁCIA

O MODELO E O PROCESSO DE GESTÃO

MISSÃO E ESTRUTURA DA CONTROLADORIA E O PAPEL DO CONTROLLER

SISTEMA DE INFORMAÇÃO NO PROCESSO DE GESTÃO

AULA 2

ASPECTOS CONCEITUAIS DA CONTROLADORIA ESTRATÉGICA

UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL PARA A CRIAÇÃO DE ESTRATÉGIAS

DEFINIÇÃO DE ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

CRIAÇÃO DE VANTAGEM COMPETITIVA

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

AULA 3

ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA NA DETERMINAÇÃO DA ESTRUTURA DO ATIVO

ATUAÇÃO DA CONTROLADORIA NA DETERMINAÇÃO DA ESTRUTURA DO PASSIVO

CICLOS OPERACIONAL, ECONÔMICO E FINANCEIRO

ANÁLISE DE INVESTIMENTOS DE CAPITAL

CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

AULA 4

CONTROLES INTERNOS

LEI SARBANES-OXLEY

DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO OU REVISÃO DE UM SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

FUNÇÃO DA CONTROLADORIA NA GESTÃO DE RISCOS

PROGRAMA ESTRUTURADO PARA O GERENCIAMENTO DE RISCOS

AULA 5

SISTEMAS DE AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO

ASPECTOS CONCEITUAIS DA GESTÃO ECONÔMICA – GECON

APRESENTAÇÃO DO BALANCED SCORECARD

PERSPECTIVAS DO BSC
CRIAÇÃO DE METAS E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO NO BSC

AULA 6

O PROCESSO EMPRESARIAL DE CRIAÇÃO DE VALOR
MENSURAÇÃO DA CRIAÇÃO DE VALOR DE UMA COMPANHIA
TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO GLOBAL
EVA (ECONOMIC VALUE ADDED)
MVA (MARKET VALUE ADDED)

BIBLIOGRAFIAS

- ALMEIDA, L. B. de.; PARISI, C.; PEREIRA, C. A. Controladoria: uma abordagem da gestão econômica. GECON, v. 2, p. 343-355, 1999.
- ASSAF NETO, A. Valuation. Métricas de valor & avaliação de empresas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- BEUREN, I. M. O papel da controladoria no processo de gestão. In: SCHIMIDT, P. (Org.). Controladoria: agregando valor para a empresa. Porto Alegre: Bookmann, 2002. p. 15-38.

DISCIPLINA:

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO E SOCIETÁRIO

RESUMO

Quando nos referimos ao “sistema tributário”, devemos ter em mente o conjunto de normas que regula a atividade tributante. Essas normas podem estar inseridas dentro ou fora de uma constituição. A aposição de matéria tributária no corpo da constituição é prática que remonta desde a origem do Estado de Direito em nosso país. A Constituição de 1824 dispunha, por exemplo, que todos deveriam contribuir para as despesas do Estado na proporcção dos seus deveres.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
NORMAS GERAIS EM DIREITO TRIBUTÁRIO
COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA
OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA
CRÉDITO TRIBUTÁRIO

AULA 2

INTRODUÇÃO
ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS
TRIBUTOS DIRETOS E INDIRETOS
IMUNIDADE E OS TRIBUTOS INDIRETOS
RESTITUIÇÃO DOS TRIBUTOS INDIRETOS

AULA 3

INTRODUÇÃO
SIMPLES NACIONAL
LUCRO PRESUMIDO
LUCRO REAL

INCENTIVOS FISCAIS

AULA 4

INTRODUÇÃO

O EMPRESÁRIO INDIVIDUAL

EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI

SOCIEDADE LIMITADA

SOCIEDADES ANÔNIMAS

AULA 5

INTRODUÇÃO

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO COMO DIREITO DO CONTRIBUINTE

PROPÓSITO NEGOCIAL

COMO FAZER PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

ELISÃO E EVASÃO FISCAL

AULA 6

INTRODUÇÃO

INCORPORAÇÃO SOCIETÁRIA

FUSÃO SOCIETÁRIA

CISÃO SOCIETÁRIA

ESTUDO DE CASO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- BRASIL. Código Tributário Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 out. 1966.
- COSTA, R. H. Curso de Direito Tributário. 9. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2019.

DISCIPLINA:

MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS

RESUMO

Ao iniciarmos nosso estudo, vamos trilhar uma área do conhecimento em que a compreensão dos diversos temas que iremos abordar é de suma importância para o entendimento do todo. É importante que você, caro(a) parceiro nesta jornada, entenda fundamentalmente a necessidade de se compreender este Mercado e sua relevância dentro de um contexto macro das ações estabelecidas na condução da Política Macroeconômica do País. É a Política Econômica, por meio da Política Monetária, que dá um norte a ser seguido e tem no Mercado Financeiro o espaço adequado para implantar suas diretrizes, dada a relevância e abrangência do sistema. Em um curso de especialização em Finanças e Vendas, não entender o mercado financeiro, suas nuances, as ações de Estado e sua finalidade no processo de gestão da liquidez do mercado é não saber interpretar os cenários visando uma eficiente administração do futuro das Empresas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

POLÍTICA MONETÁRIA

POLÍTICA FISCAL

POLÍTICA CAMBIAL
POLÍTICA CREDITÍCIA E DE RENDA

AULA 2

INTRODUÇÃO
OS AGREGADOS MONETÁRIOS NO BRASIL
MERCADO ABERTO OU OPEN MARKET
REDESCONTO, COMPULSÓRIO E A LEI Nº 14.185/2021
QUANTITATIVE EASING OU FLEXIBILIDADE QUANTITATIVA

AULA 3

INTRODUÇÃO
ÓRGÃOS NORMATIVOS
ENTIDADES SUPERVISORAS
OPERADORES DO SFN
LEI N. 13.709 - LGPD

AULA 4

INTRODUÇÃO
TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS
O MERCADO DE AÇÕES E A [B]3
TAXA DE CÂMBIO E REGIME CAMBIAL
EXPORTAÇÕES E O BALANÇO DE PAGAMENTOS

AULA 5

INTRODUÇÃO
POLÍTICAS DE CRÉDITO E O SPREAD BANCÁRIO
GERENCIAMENTO DE RISCO
TIPOS DE RISCOS
TIPOS DE GARANTIAS EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

AULA 6

INTRODUÇÃO
BLOCOS ECONÔMICOS
CRISES GLOBAIS
O PAPEL DAS TAXAS DE JUROS
JUROS, TAXAS NOMINAIS, REAIS E ATIVOS FINANCEIROS

BIBLIOGRAFIAS

- CLETO, C. Coleção Gestão Empresarial FAE Business School. Curitiba: Editora Gazeta do Povo, 2002.

DISCIPLINA:

AUDITORIA E CONTROLES FINANCEIROS

RESUMO

A contabilidade e a auditoria são áreas estreitamente relacionadas, já que a base para a atuação dos auditores contábeis está nas demonstrações contábeis, que são produzidas e expressas por meio de sistemas de contabilidade, sendo preparadas pelo setor de

contabilidade e controladoria das organizações. O processo evolutivo da auditoria contábil está atrelado à evolução da contabilidade como ciência e setor auxiliar à gestão, no processo de suporte informacional e de tomada de decisões. A abordagem da área foi aprimorada, ao longo do tempo, por parte da auditoria externa, refletindo necessidades ligadas à evolução das organizações, em especial o aumento da complexidade nas transações, no comércio exterior e nas novas formas de arranjo organizacional, considerando principalmente a inovação tecnológica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

ÓRGÃOS E ENTIDADES RELACIONADAS

AUDITORIA INTERNA E AUDITORIA INDEPENDENTE NA CONTABILIDADE

INDEPENDÊNCIA DO AUDITOR EXTERNO

APLICAÇÃO DAS NORMAS DE AUDITORIAS VIGENTES NO BRASIL

AULA 2

INTRODUÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL E DISCUSSÕES PARA A AUDITORIA

AUDITORIA CONTÁBIL E A DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

NOTAS EXPLICATIVAS PARA A AUDITORIA

APLICAÇÃO DAS PRINCIPAIS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

AULA 3

INTRODUÇÃO

AS ATIVIDADES PRELIMINARES DO TRABALHO DE AUDITORIA

OS PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA

PAPÉIS DE TRABALHO

APLICAÇÃO DOS MODELOS DE TRABALHO DO AUDITOR E SUA ANÁLISE

AULA 4

INTRODUÇÃO

AS NORMAS PROFISSIONAIS DO AUDITOR INDEPENDENTE

O PROCESSO DE AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

REQUISITOS ÉTICOS, CETICISMO E JULGAMENTO PROFISSIONAL

PRÁTICA 4: APLICAÇÃO DAS NORMAS RELATIVAS À AUDITORIA INTERNA (AI)

AULA 5

INTRODUÇÃO

O PROCESSO DE AMOSTRAGEM NA AUDITORIA CONTÁBIL

A APLICAÇÃO DE TESTES EM AUDITORIA

MATERIALIDADE EM AUDITORIA

APLICAÇÃO DA AUDITORIA E O CONTROLE INTERNO

AULA 6

INTRODUÇÃO

AS MODIFICAÇÕES NA OPINIÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE

INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO-COMENTÁRIO

O PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXEMPLO DE EMISSÃO DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONDENSADAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TA 220 Estrutura Conceitual, de 20 de novembro de 2015. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 21 nov. 2015.
- IAA BRASIL. Definição de Auditoria Interna. Disponível em: <https://iabrasil.org.br/ippf/definicao-de-auditoria-interna>.

DISCIPLINA:
RESPONSABILIDADE FISCAL

RESUMO

Porque é necessário saber da Administração Pública? Ou por que é preciso conhecer os princípios que regem essa administração? O mercado de trabalho cobra, cada vez, que estejamos atualizados sobre a Economia, Política, Segurança, Educação e uma série de assuntos que, de uma forma ou de outra, estão próximos de nós ou têm influência sobre o nosso cotidiano.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

FUNÇÕES DO ESTADO
CONCEITOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO
REGIME DE DIREITO PRIVADO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

AULA 2

ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA: UM DIREITO UNIVERSAL
ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL
CULTURA DE SEGREDO VERSUS CULTURA DE ACESSO
NOVOS MECANISMOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO
ACESSO: QUAIS SÃO AS EXCEÇÕES?

AULA 3

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS
LICITAÇÕES
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

AULA 4

ART. 1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
ART. 22: MODALIDADES DE LICITAÇÃO
ART. 24: DISPENSA DE LICITAÇÃO
ART. 27: HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO
ART. 38: PROCEDIMENTOS E ETAPAS

AULA 5

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
DO PLANEJAMENTO
DA DESPESA PÚBLICA
TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO
DA RECEITA PÚBLICA

AULA 6

INTRODUÇÃO À LEI N. 4.320/1964, QUE TRATA DAS FINANÇAS E ORÇAMENTOS
PÚBLICOS
SOBRE AS RECEITAS
SOBRE AS DESPESAS
SOBRE A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
SOBRE O CONTROLE INTERNO E EXTERNO

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- CALCIOLARI, R. P. Quem controla o controlador? Polêmicas advindas da aprovação da Lei 13.655/2018. Consultor Jurídico, 4 maio 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mai-04/ricardo-calciolari-polemicasadvindas-aprovacao-lei13655>.
- DI PIETRO, M. S. Z. Direito administrativo. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DISCIPLINA:

GERENCIAMENTO DE TEMPO EM PROJETOS

RESUMO

O gerenciamento do tempo é uma das questões mais complexas e fascinantes para a história da humanidade. Várias foram as estratégias, ferramentas, poemas e frases cunhadas em prol da inexorabilidade do tempo. Albert Einstein, uma das mentes mais brilhantes da humanidade, buscou estudar a relatividade do tempo (“O tempo é relativo”). Hollywood já produziu alguns filmes bem interessantes que abordam a respeito do impacto do tempo em nossas vidas. No entanto, o fato é não conseguimos dominar o tempo e por isso somos reféns da sua trajetória, não podendo voltar atrás ou “economizar tempo”.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

A IMPORTÂNCIA DO GERENCIAMENTO DE TEMPO NOS PROJETOS
A GESTÃO DE TEMPO, INTEGRAÇÃO E ESCOPO
A GESTÃO DO TEMPO E A INTERFACE COM O CUSTO, QUALIDADE E
COMUNICAÇÃO
A GESTÃO DE TEMPO E A INTERFACE COM O RH, RISCOS, AQUISIÇÕES E
STAKEHOLDERS DO PROJE

AULA 2

OS PROCESSOS DE GESTÃO DE TEMPO
FATORES AMBIENTAIS, ATIVOS DOS PROCESSOS ORGANIZACIONAIS E OPINIÃO

ESPECIALIZADA
CRONOGRAMA, RECURSOS, MILESTONES E LINHA DE BASE
PLANO DE GERENCIAMENTO DO TEMPO DO PROJETO

AULA 3

DO PORTFÓLIO ÀS ATIVIDADES
DEFINIR AS ATIVIDADES
MATRIZ DE ATIVIDADES
OS MARCOS NA MATRIZ DE ATIVIDADE

AULA 4

SEQUENCIAMENTO DAS ATIVIDADES
DIAGRAMA DE PRECEDÊNCIA
MONTANDO O DIAGRAMA DE PRECEDÊNCIA
OUTROS MÉTODOS DE REPRESENTAÇÃO DO SEQUENCIAMENTO DAS
ATIVIDADES

AULA 5

OS RECURSOS DAS ATIVIDADES
ESTIMATIVA DA QUALIDADE DE ESFORÇO DE TRABALHO
PERT (PROGRAM EVALUATION E REVIEW TECHNIQUE)
DURAÇÃO DE CADA ATIVIDADE

AULA 6

CRONOGRAMA BÁSICO DO PROJETO
CRITICAL PATH METHOD
A LÓGICA DO CRONOGRAMA
PROCESSO DE MONITORAMENTO CONTÍNUO DO ANDAMENTO DAS ATIVIDADES
A ANÁLISE DE TENDÊNCIAS, A CORRENTE CRÍTICA OU O EVM

BIBLIOGRAFIAS

- FINOCCHIO JR. J. Project model canvas. São Paulo: Elsevier, 2013.
- MEDEIROS, A. A. O processo de definição do escopo do projeto segundo o PMBOK. Revista de Ciências Gerenciais, v. 15, n. 21, São Paulo, 2011.
- MONTES, E. Introdução ao gerenciamento de projetos. Escritório de Projetos, 13 set. 2017. Disponível em: <https://escritoriodeprojetos.com.br/restricaootripla>.

DISCIPLINA:

GESTÃO ESTRATÉGICA DE CUSTOS PARA TOMADA DE DECISÃO

RESUMO

De acordo com Viceconti e Neves (2013, p. 7), [...] [a] contabilidade financeira tem por objetivo controlar o patrimônio das empresas e apurar o resultado (variação do patrimônio). Ele deve também prestar informações a usuários externos que tenham interesse em acompanhar a evolução da empresa, tais como entidades financeiras que irão lhe conceder empréstimos, debenturistas e quaisquer pessoas que desejem adquirir ações da empresa (se ela for uma companhia aberta). Veremos, nesta disciplina que atualmente serve também para startups que precisam de financiamento. Essas empresas demonstram, por meio da contabilidade e com suas peças contábeis, em especial o

Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e a Demonstração de Fluxo de Caixa, como está a sua saúde financeira e quanto elas poderão render, de acordo com as projeções feitas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE DE CUSTOS
PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE APLICADOS A CUSTOS
ESQUEMA BÁSICO DA CONTABILIDADE DE CUSTOS
ESTRUTURA DA CONTABILIDADE DE CUSTOS

AULA 2

INTRODUÇÃO
CLASSIFICAÇÃO DOS CUSTOS E DAS DESPESAS
OBJETIVOS DA APURAÇÃO DOS CUSTOS
CUSTO DE AQUISIÇÃO
DEPARTAMENTALIZAÇÃO, CENTROS DE CUSTOS E RATEIO

AULA 3

INTRODUÇÃO
MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE ESTOQUES
CUSTOS CONTROLÁVEIS E CUSTOS ESTIMADOS
CONTROLE DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS
CUSTOS PARA FINS FISCAIS

AULA 4

INTRODUÇÃO
MÉTODO DE CUSTEIO DIRETO OU VARIÁVEL
MÉTODO DE CUSTEIO BASEADO EM ATIVIDADES (ABC)
ESTIMATIVA DE VENDAS E GIRO DE ESTOQUES
CAPITAL DE GIRO E FLUXOS DE CAIXA

AULA 5

INTRODUÇÃO
MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO
PONTO DE EQUILÍBRIO
MARGEM DE SEGURANÇA
GRAU DE ALAVANCAGEM OPERACIONAL

AULA 6

INTRODUÇÃO
MARK-UP
CONTROLE ORÇAMENTÁRIO
INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS
ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Diário Oficial da União, Brasília, 17 dez. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm.
- CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2): estrutura conceitual para relatório financeiro. Brasília, 10 dez. 2019. Disponível em: [http://www.cpc.org.br/Arquivos/Documentos/573_CPC00\(R2\).pdf](http://www.cpc.org.br/Arquivos/Documentos/573_CPC00(R2).pdf).
- CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1): estoques. Brasília, 8 set. 2009. Disponível em: http://www.cpc.org.br/Arquivos/Documentos/243_CPC_16_R1_rev%2013.pdf. Acesso em: 17 mar. 2021. GRIFFIN, M. P. Contabilidade e finanças. São Paulo: Saraiva, 2012.

DISCIPLINA:

INTELIGÊNCIA EMPRESARIAL E ESTRATÉGIA DE CROSS SELLING

RESUMO

Você sabe o que é inteligência empresarial e como ela se inter-relaciona com o cross selling? Cross selling é uma estratégia de venda, mas como podemos estabelecer estratégias de vendas sem antes conhecermos alguns pontos de extrema importância e que são fundamentais para que essa estratégia seja efetiva e alcance os resultados desejados? Para que cheguemos às estratégias, é necessário abordar/relembrar alguns conceitos de gestão que, no decorrer da nossa aula, terão maior aprofundamento, entre os quais inteligência empresarial, processo decisório, vantagem competitiva, planejamento estratégico e, por fim, abordaremos como criar inteligência nas organizações. Iniciamos, portanto, com a inteligência empresarial, definida por Maróstica et al. (2015, p. 1) como “a capacidade que a empresa tem de capturar, selecionar, analisar e gerenciar as informações de grande valor à administração do seu negócio, de forma objetiva e estruturada”. Nesse contexto, podemos dizer que a inteligência empresarial está relacionada diretamente com fatores como fatores de produção, planejamento, gestão da estratégia, gestão do conhecimento, criatividade e inovação, gestão da cultura organizacional, empreendedorismo, marketing e outros.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
PROCESSO DECISÓRIO
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
VANTAGEM COMPETITIVA
CRIANDO INTELIGÊNCIA NAS ORGANIZAÇÕES

AULA 2

INTRODUÇÃO
DO DADO À SABEDORIA
PROCESSOS DA GESTÃO DO CONHECIMENTO
MODELOS DE GESTÃO PARA EMPRESAS NA SOCIEDADE DO CONHECIMENTO
PRÁTICAS DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

AULA 3

INTRODUÇÃO
CARACTERÍSTICAS DO EMPREENDEDOR CORPORATIVO
AÇÃO EMPREENDEDORA

CONHECIMENTO: MERCADO X CONSUMIDOR X CONCORRENTE
PERSPECTIVA EMPREENDEDORA E CRIATIVA

AULA 4

INTRODUÇÃO
TIPOS DE INOVAÇÃO (CLASSES)
INOVAÇÕES - DIMENSÕES ORGANIZACIONAIS
INOVAÇÕES – EXEMPLOS
GESTÃO DE PROCESSOS

AULA 5

INTRODUÇÃO
INTELIGÊNCIA COMPETITIVA
INTELIGÊNCIA COMPETITIVA – FERRAMENTAS
INTELIGÊNCIA FINANCEIRA
INTELIGÊNCIA TECNOLÓGICA

AULA 6

INTRODUÇÃO
BENEFÍCIOS E VANTAGENS DO CROSS SELLING
ESTRATÉGIAS DE VENDAS COM CROSS SELLING
DIFERENÇA: CROSS SELLING, UP SELLING E DOWN SELLING
KEY PERFORMANCE INDICATOR (KPI) – INDICADORES DE VENDA

BIBLIOGRAFIAS

- ANSOFF, H. I. Corporate strategy: an analytic approach to business policy for growth and expansion. New York: McGraw-Hill, 1965.
- _____. Estratégia empresarial. São Paulo: McGraw Hill, 1977.
- CAMPELLO, B. S.; CAMPOS, C. M. Fontes de informação especializada: características e utilização. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1988.

DISCIPLINA:

GESTÃO EMPRESARIAL

RESUMO

Falar de Ética Empresarial, ainda que oportuno e necessário, é muitas vezes confrontar-se com a estranheza do senso comum e a curiosidade das pessoas que desconhecem suas dimensões e possibilidades enquanto disciplina acadêmica e experiência. Isso porque vivemos um período de intensas mudanças culturais, econômicas, sociais e políticas, onde os valores tornam-se cada vez mais mutáveis e muitas vezes embaçados pelas demandas e conflitos existentes nas sociedades brasileira e global, enquanto ainda perduram os velhos preconceitos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO
ORGANIZAÇÕES: SIGNIFICADO
EFICIÊNCIA E EFICÁCIA
FUNÇÕES DO ADMINISTRADOR/ GESTOR
HABILIDADES DO ADMINISTRADOR/ GESTOR

AULA 2

INTRODUÇÃO

A BUROCRACIA DE WEBER COMO GESTÃO

O TOYOTISMO E O MODELO JAPONÊS DE ADMINISTRAÇÃO

TEORIA DOS SISTEMAS: A ORGANIZAÇÃO INTEGRADA COM O SISTEMA

TEORIA DA CONTINGÊNCIA

AULA 3

INTRODUÇÃO

ABORDAGEM COMPORTAMENTAL – TEORIA X E TEORIA Y

MOTIVAÇÃO

LIDERANÇA

ENTREVISTA

AULA 4

INTRODUÇÃO

ANÁLISE SWOT E AS 5 FORÇAS DE PORTER

CICLO DE VIDA DO PRODUTO

MATRIZ BCG

ENTREVISTA

AULA 5

INTRODUÇÃO

O PROCESSO DE COMUNICAÇÃO

ENDOMARKETING

A COMUNICAÇÃO E A RESPONSABILIDADE SOCIAL

ENTREVISTA

AULA 6

INTRODUÇÃO

APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL

ADMINISTRAÇÃO E OS DESAFIOS DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

GOVERNANÇA CORPORATIVA E COMPLIANCE

ENTREVISTA

BIBLIOGRAFIAS

- ASHELEY, Patrícia Almeida (ORG.). Ética e Responsabilidade Social nos Negócios. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.
- BEZERRA, R. B. Responsabilidade social corporativa: uma proposta metodológica para orientação de iniciativas. 2007. 141f. Dissertação (Mestrado em Ciência em Planejamento Energético) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- BITTENCOURT, C. M. A. A informação e os indicadores de sustentabilidade: um estudo de caso no observatório regional base de indicadores da sustentabilidade metropolitana de Curitiba – ORBIS MC. 2006. 235f. Tese (Doutorado em Engenharia

de Produção e Sistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

DISCIPLINA:
GESTÃO DE RISCOS

RESUMO

Sabemos que, nos negócios, a gestão de riscos é definida como o processo de identificação, monitoramento e gerenciamento de riscos potenciais, a fim de minimizar o impacto negativo que eles podem ter sobre uma organização. Podemos ter exemplos de riscos potenciais que incluem violações de segurança, perda de dados, ataques cibernéticos, falhas de sistema e desastres naturais. E qual é o primeiro passo? E ter um processo de gerenciamento de riscos eficaz para identificar quais riscos representam a maior ameaça para uma organização e que forneça as diretrizes para lidar com eles.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

AULA 1

INTRODUÇÃO

FATORES QUE INFLUENCIAM AS ESCOLHAS DOS RISCOS

VIESES DE FINANÇAS COMPORTAMENTAIS

GOVERNANÇA CORPORATIVA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

RISCO DE CONFORMIDADE

AULA 2

INTRODUÇÃO

ESTRATÉGIA DE NÍVEL FUNCIONAL

RISCOS ESTRATÉGICOS

ANÁLISE DE CENÁRIOS NO GERENCIAMENTO DE RISCOS

RISCO OPERACIONAL EM SERVIÇOS FINANCEIROS

AULA 3

INTRODUÇÃO

GERENCIAMENTO DE POLÍTICAS, RISCOS E COMPLIANCE

GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

RESILIÊNCIA DE GESTÃO DE RISCO

O GESTOR DE RISCO FINANCEIRO

AULA 4

INTRODUÇÃO

GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL COM AS MELHORES PRÁTICAS

QUANTIFICANDO O RISCO OPERACIONAL

ABORDAGENS PARA APURAR O RISCO OPERACIONAL

DIRETRIZ E GESTÃO DE RISCO OPERACIONAL

AULA 5

INTRODUÇÃO

COMPONENTES DA ESTRUTURA COSO ERM

PADRÃO ISO 31000 E A ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E RAZÕES

PELAS QUAIS ELES FALHAM
ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS

AULA 6

INTRODUÇÃO

PRINCIPAIS FERRAMENTAS E TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO E GERENCIAMENTO DE RISCOS II

KEY RISK INDICATORS & KEY PERFORMANCE INDICATORS

TENDÊNCIAS ESG EM GESTÃO DE RISCOS

GERENCIAMENTO DE RISCO ORGANIZACIONAL E A ANÁLISE PREDITIVA

BIBLIOGRAFIAS

- CORNETT, M. M.; ADAIR JR, T. A.; NOFSINGER, J. Finanças. São Paulo: Grupo A, 2013.
- FRAPORTI, S.; SANTOS, J. B. D. Gerenciamento de riscos. São Paulo: Grupo A, 2018.
- GONZÁLEZ, R. S. Governança corporativa. São Paulo: Trevisan, 2012.